DIÁRIO OFICIAL

Eletrônico do Município de Ibaté

ibate.sp.gov.br | Sexta-feira, 15 de dezembro de 2023 | Ano II | Edição nº 254

Publicações Oficiais do Município de Ibaté, conforme Lei Municipal 3.392, de 28 de junho de 2022



PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Decretos

DECRETO N° 3.206, de 11 de dezembro de 2.023

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA OS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DE CONTRATAÇÃO DIRETA NOS MOLDES DA LEI 14.133/21.

JOSÉ LUIZ PARELLA, Prefeito Municipal de Ibaté, Estado de São Paulo, usando das atribuições conferidas pela legislação em vigor

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art 1º As licitações e contratações diretas no âmbito deste Município que não resultem de verbas da União decorrentes de repasse não obrigatório, seguirão as disposições deste normativo.

§ 1º No caso de contratação de obras e serviços de engenharia serão utilizados os parâmetros previstos no art. 8° deste Decreto.

§ 2º Para aferição da vantagem econômica das adesões às atas de registro de preços, bem como da contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto neste Decreto.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, devendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados; e

II - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral.

CAPÍTULO II

FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Art.3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - Descrição do objeto a ser contratado;

II - Identificação e assinatura do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - Informação e identificação das fontes consultadas; série de preços coletados;

IV - método estatístico aplicado (a média, a mediana ou o menor dos valores) para a definição do valor estimado;

V - justificativas para a metodologia utilizada,

VI - parâmetro dos preços que serão desconsiderados em razão de serem inexequíveis ou excessivamente elevados, inclusive com a definição percentual desses conceitos, se aplicável,

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 6º deste Decreto.

Art. 4º Os órgãos e entidades deste município adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nos moldes estabelecidos pelo normativo federal, quando os contratos forem celebrados com verba decorrente de repasse não obrigatório da União Federal, tais como os feitos por convênios e acordo congênere, além dos casos tratados por normas municipais.

Art. 5º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá desconsiderar o custo decorrente da transferência do risco ao particular.

Art. 6º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, quando possível, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito do Estado de São Paulo, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por

meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I, II e/ou IV, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão;

e) nome completo e identificação do responsável, e

f) validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, salvo prazo diverso previsto no processo administrativo em curso.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 5º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

§ 4º Desde que justificado em razão da variação de preços, a pesquisa poderá se limitar, no caso do inciso II do *caput* deste artigo, aos contratos firmados com entes públicos da região a que pertence este município.

Art. 7º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 6º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido acrescentando determinado percentual, de forma a garantir a atratividade do mercado em razão da utilização de propostas vencedoras de outros processos de compras, limitado a 20% deste preço, mediante justificativa.

§ 3º Para evitar sobrepreço, ainda, é possível a redução percentual da média aritmética em casos de pesquisa com fornecedores, quando, justificadamente, o gestor público entender que os preços estão acima do mercado.

§ 4º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 5º Devem ser considerados inexequíveis aqueles serviços que não puderem ser prestados sem ensejar prejuízo ou ausência total de lucro ao fornecedor, o que pode ser justificadamente presumido pelo agente público, após a notificação da empresa para prova em contrário, sem manifestação.

§ 6º Por excessivamente elevados, consideram-se os preços 100% acima da média dos demais, salvo demonstração de que a variação do produto ou serviço costuma ultrapassar esse parâmetro, pela sua própria natureza.

§ 7º Consideram-se inconsistentes propostas de preço que não atendem às especificações exigidas no processo.

§ 8º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 9º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 6º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

Art. 8°. No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Art. 9°. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos artigos 6° e 8° deste Decreto, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à

data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ, 11 DE DEZEMBRO DE 2.023

JOSÉ LUIZ PARELLA
Prefeito Municipal

PUBLICADO NA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA

.....

DECRETO N° 3.207, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2.023.

REGULAMENTA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO MUNICÍPIO DE IBATÉ/SP.

JOSÉ LUIZ PARELLA, Prefeito Municipal de Ibaté, Estado de São Paulo, usando das atribuições conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO *que a Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993, fica revogada à partir de 30 de dezembro de 2023, por força da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que entrará em vigor e que, sua aplicabilidade deverá estar em plena utilização no município de Ibaté/SP*

CONSIDERANDO *o dever da Administração Pública de garantir a transparência dos atos praticados até a efetiva implementação e integração do Portal Nacional das Contratações Públicas com o Sistema de Aquisições utilizado no município de Ibaté/SP;*

CONSIDERANDO *a necessidade de reconhecimento quanto a responsabilidade atribuída ao agente de contratação, bem como a comissão de contratação e ainda a imprescindibilidade de detalhamento quanto às atribuições dos mesmos;*

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo municipal de Ibaté/SP para organizar os órgãos internos e suas competências e atribuições.

Art. 2º. O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração direta do Poder Executivo municipal de Ibaté/SP, autarquias, fundações, fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Prefeitura.

Art. 3º. Com base na Lei Orgânica do Município e na organização interna de cada Secretaria, por meio deste Decreto, organiza-se a estrutura administrativa do Município, como departamentos e coordenadorias, de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 4º. - Com base na Lei Complementar Municipal nº 3.175/2.019 e posteriores alterações o Departamento de Compras e Convênios, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, cuja atribuição será a condução do processo licitatório, bem como auxiliar às secretarias do Município na contratação de bens e serviços.

Parágrafo único. Fica facultada a contratação de novos servidores conforme a necessidade de cada Secretaria para apoio ao processo licitatório, cabendo a eles, dentre outros.

I – A elaboração da pesquisa de preços segundo o Decreto Municipal n° 3.206/2023;

II - Integrar equipe de apoio aos agentes de contratação nos termos do artigo 8.º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III
DA POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Art. 5º. Fica a cargo do Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - Conduzir a sessão pública;

III - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

IV - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

V - Coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

VI - Verificar e julgar as condições de habilitação;

VII - Sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VIII - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

IX - Indicar o vencedor do certame;

X – Encaminhar a autoridade superior, para adjudicação e propor a homologação do objeto; e

XI - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

§1º A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§2º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos

do art. 72 da citada Lei.

§3°. A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§4°. Na hipótese prevista no § 3º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.

CAPÍTULO IV
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º. O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

CAPÍTULO V
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar cabe à respectiva Secretaria interessada na contratação, ressalvado o disposto no art. 8º.

Art. 8º. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - Dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - Contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO VI
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO

Art. 9°. Observado o princípio da Segregação das Funções previsto no art. 5° da Lei Federal n° 14.133/21, o procedimento licitatório no âmbito municipal seguirá as disposições deste capítulo.

Art. 10. O início do processo licitatório se dará por meio de solicitação do Secretário Municipal da pasta interessada, que elaborará o Estudo Técnico Preliminar e a Pesquisa de Preços preliminar, conforme Decreto Municipal n° 3.206/2023.

Parágrafo Único. Na falta do Secretário Municipal da pasta respectiva, as funções estabelecidas no *caput* deste artigo serão realizadas pelo servidor que possua o mais alto grau hierárquico dentro da Secretaria Municipal, que será o Gestor do Contrato.

Art. 11. A realização do Termo de Referência caberá a outro Servidor da mesma Secretaria demandante, que o elaborará de acordo com as disposições previstas no Estudo Técnico Preliminar e no art. 6, XXIII, da Lei Federal n° 14.133/21.

Parágrafo Único. No Termo de Referência deverá haver a indicação do servidor responsável pela Emissão de Solicitação de Compras ou da Ordem de Serviço, que poderá ser o Fiscal do Contrato.

Art. 12. Após a realização do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, caberá ao Diretor do Departamento de Compras e Convênios realizar a confirmação da pesquisa de preços realizada anteriormente, de acordo com o Decreto Municipal n° 3.206/2023.

Art. 13. A partir da confirmação da pesquisa de preços, o processo seguirá para o Setor de Contabilidade para indicação da dotação orçamentária e, em seguida, para o Setor de Tesouraria para informar se haverá disponibilidade financeira para atender a despesa.

Art. 14. Caberá ao Chefe de Divisão de Licitação e Contratos a elaboração do Edital e seus anexos, salvo o Termo de Referência.

Parágrafo único. Ao Diretor do Departamento de Compras e Convênios caberá a revisão do Edital e seus anexos.

Art. 15. Após os trâmites acima estabelecidos, o processo seguirá para a emissão do parecer jurídico, salvo nas hipóteses excepcionadas em ato da autoridade jurídica máxima competente, conforme permissivo do art. 53, §5° da Lei 14.133/21.

Art. 16. Posteriormente ao disposto no art. 15 deste Decreto, o processo seguirá para a autoridade máxima do Município para a devida autorização.

Parágrafo único. Após a autorização da autoridade competente, o Departamento de Compras e Convênios publicará o Aviso de Licitação com o respectivo Edital e seus anexos.

Art. 17. A fase externa da licitação ficará a cargo do Agente de Contratações, conforme o disposto no art. 5° deste Decreto.

§1°. O respectivo substituto do Agente de Contratação será designado pelo Chefe do Executivo, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8° da Lei Federal n° 14.133/21.

§2°. A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pele Chefe do Executivo para auxiliar o agente de contratação, observados os seguintes requisitos:

I - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e

II - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Art. 18. Será Gestor do Contrato o servidor competente para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, conforme art. 10 deste Decreto.

Parágrafo único. Será Fiscal do Contrato outro servidor da mesma pasta, que poderá ser aquele que elaborou o Termo de Referência.

CAPÍTULO VII
DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 19. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus

afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

II - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

III - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

IV - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

V - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 140 da Lei Federal n° 14.133/21, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Art. 20. Caberá ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 140 da Lei Federal n° 14.133/21, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

VI - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

VII - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

VIII - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IX - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

X - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

XI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

XII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

Art. 21. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o *caput* serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

CAPÍTULO VIII
DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 22. Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, preferencialmente, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

§1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§2º Na impossibilidade da dispensa na forma eletrônica a administração pública deverá apresentar as justificativas.

§3º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contratações de até R$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços

de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

§4º Os valores referidos nos incisos I e II do caput serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Art. 23. O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, nos termos do Decreto Municipal n° 3.206/2023, que regulamenta a pesquisa de preços,

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos, salvo nas hipóteses excepcionadas em ato da autoridade jurídica máxima competente, conforme permissivo do art. 53, §5° da Lei 14.133/21;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso;

VIII - autorização da autoridade competente.

§1º Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 22, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput deste artigo, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§2º O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

§3º A instrução do procedimento poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

Art. 24. O procedimento será divulgado:

I – no sítio eletrônico do município;

II - no diário oficial eletrônico do município;

III - na plataforma de pregão utilizada pelo Município;

IV –no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Art. 25. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 26. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema, para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 30 (trinta) minutos ou superior a 1 (uma) hora, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Parágrafo único. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

Art. 27. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§1º Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

§2º O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Art. 28. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

Art. 29. O fornecedor será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

Art. 30. Encerrado o procedimento de envio de lances, nos termos do art. 27 deste Decreto, o órgão ou entidade realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

Art. 31. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar para que o preço fique igual ou menor ao valor estimado sob pena de desclassificação.

Parágrafo único. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 32. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação,

observado o disposto no artigo anterior.

Art. 33. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade deverá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor.

Parágrafo único. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

Art. 34. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021.

§1º A verificação dos documentos de que trata o caput será realizada no sistema de cadastramento mantido pelo Município, quando o procedimento for realizado em sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§2º O disposto no § 1º deve constar expressamente do aviso de contratação direta.

§3º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no § 1º, ou de documentos não constantes do sistema de cadastramento, o órgão ou entidade deverá solicitar ao vencedor, no prazo de 24:00h (vinte e quatro horas), o envio desses por meio do sistema.

Art. 35. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, estadual, municipal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

Art. 36. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 34, o fornecedor será habilitado.

Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Art. 37. No caso do procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I - republicar o procedimento;

II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

Art. 38. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 39. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

Art. 40. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

Art. 41. Os dirigentes e servidores dos órgãos que utilizem o Sistema de Dispensa Eletrônica responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata este Decreto, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

Art. 42. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

CAPÍTULO X
DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 43. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços, nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando, pelas características da obra ou serviços de engenharia, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

III - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

IV - quando for conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

V - quando for conveniente a aquisição e locação de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

VI - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 44. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§1° Em âmbito municipal, na licitação para registro de

preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§2° Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato, Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

Art. 45. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano, prorrogável por até igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

§1º A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

§2º Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Administração Pública Municipal.

§3º A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei 14.133, de 2021.

Art. 46. Os preços registrados e os contratos, e atos administrativos, deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, de acordo com o índice previamente fixado na própria ata ou nos seus respectivos contratos.

Parágrafo único. A ata de registro de preços não será objeto de repactuação ou revisão com o objetivo de aumentar os preços registrados.

Art. 47. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo à Administração Pública Municipal convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

Parágrafo único. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Art. 48. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§1º Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§2º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o Edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

§3° O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§4° A Administração Pública Municipal de Ibaté também poderá aderir a Ata de Registro de Preços, como entidade não participante, realizada por Entes e órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, Consórcios Públicos, nos limites e formas estabelecidos pelo art. 86 da Lei 14.133, de 2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

Art. 49. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do *caput* será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 50. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - Por razão de interesse público; ou

II - A pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XI
DO CREDENCIAMENTO

Art. 51. O credenciamento de pessoas naturais ou jurídicas poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente, nos casos em que é viável e vantajosa para a Administração Municipal a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros, quando a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos, cuja flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

§1º O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§2º A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, se for o caso, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§3º A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§4º Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§5º O prazo mínimo para recebimento de

documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§6º O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

Art. 52. Caberá ao Agente de Contratação a responsabilidade pelo processamento do Credenciamento.

§1° O Agente de Contratação poderá solicitar esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

§2° Caberá recurso da decisão do Agente de Contratação, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação do resultado, que será julgado pela autoridade máxima do ente municipal.

§3° O indeferimento do pedido de credenciamento não inibe a sua reapresentação pelo interessado, condicionado ao preenchimento da exigência não atendida no pleito anterior.

Art. 53. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital será credenciado pelo órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a executar o seu objeto.

§1° Durante a vigência do credenciamento, é obrigatório que os credenciados mantenham regulares todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração relacionada às condições de credenciamento.

§2° O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do objeto.

Art. 54. O edital poderá prever as seguintes penalidades ao credenciado, garantido o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

I - advertência por escrito;

II - suspensão temporária do seu credenciamento;

III - descredenciamento;

IV - multa.

Parágrafo único. O descumprimento de obrigações contratuais será regido pelo instrumento firmado.

Art. 55. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, que deliberará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos formalizados.

Art. 56. No caso das contratações previstas no art. 51, I, deste Decreto, a formalização ocorrerá por termo de contrato ou outro instrumento hábil, observado o disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Decorrido o prazo para assinatura do contrato ou início da execução dos serviços, sem justificativa aceita pelo órgão contratante, será convocado o próximo credenciado de acordo com a ordem estabelecida em sorteio.

Art. 57. Nos casos de contratações decorrentes de seleção a critério de terceiros, conforme art. 51, II deste Decreto, a pessoa natural ou jurídica credenciada receberá o Termo de Credenciamento.

Art. 58. No caso do artigo anterior, a remuneração pela execução contratual será realizada pela Administração Municipal ou pelo terceiro, conforme estabelecido no edital.

§1º Sendo a execução remunerada pela Administração Municipal, os valores constarão do Edital de Credenciamento.

§2º A execução remunerada por terceiros observará o valor máximo definido pela Administração Municipal.

Art. 59. Os órgãos ou entidades responsáveis pelo credenciamento deverão divulgar no sítio eletrônico oficial as pessoas físicas ou jurídicas credenciadas, esclarecendo as regras de remuneração.

Art. 60. O edital fixará a vigência do Termo de Credenciamento e as condicionantes para fins de sua renovação.

Art. 61. O credenciamento para atendimento a demandas que possuam flutuações constantes nos valores da prestação e das condições de contratação dar-se-á mediante o atendimento aos requisitos de habilitação constantes do edital.

Art. 62. No caso do artigo anterior, a verificação da atualidade dos valores da prestação e das condições de contratação dar-se-á:

I - mediante pesquisa, preferencialmente eletrônica, diretamente junto aos credenciados, para atendimento da demanda;

II - por meio de atualização das informações, a partir de comunicação, preferencialmente eletrônica, por parte do credenciado.

Art. 63. O órgão ou entidade responsável pelo credenciamento poderá instituir ambiente virtual para consulta dos preços e das condições de contratação, que será atualizado pelas pessoas físicas ou jurídicas credenciadas, respondendo estas pelas informações lançadas na plataforma, na forma prevista no edital de credenciamento.

Parágrafo único. As contratações serão instruídas a partir das informações vigentes à data da consulta ao ambiente virtual pela Administração Municipal.

CAPÍTULO VIII
DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 64. Os contratos deverão, sempre que couber, conter as cláusulas previstas no artigo 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 65. É vedado atribuir efeitos financeiros retroativos aos contratos regidos por este decreto.

Parágrafo único. O disposto no "caput" não se aplica às hipóteses previstas no artigo 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando, diante de comprovada urgência, eventual demora para prévia celebração do contrato possa acarretar danos irreparáveis, situação em que sua formalização dar-se-á oportunamente, convalidando a contratação de obra, fornecimento ou serviço, cuja execução já se tenha iniciado.

Seção I
Da Alteração dos Contratos e dos Preços

Art. 66. As alterações contratuais observarão os limites impostos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 67. A resposta ao pedido de repactuação não poderá exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 68. A repactuação iniciar-se-á com apresentação de requerimento por parte da contratada, instruído com os seguintes elementos:

I – documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços;

II – acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

§1º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

§2º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§3° Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio.

§4º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Art. 69. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

Art. 70. O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências e requisitar documentos e informações complementares junto à contratada com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito do pedido.

Parágrafo único. O prazo referido no artigo 67 ficará suspenso enquanto a contratada não apresentar a documentação solicitada pela contratante.

Art. 71. As repactuações deverão ser solicitadas durante a vigência do contrato, sob pena de preclusão.

Art. 72. Devidamente instruído, o pedido será analisado pela unidade financeira do órgão ou entidade contratante, que encaminhará o processo, com parecer conclusivo, para deliberação da autoridade competente.

Parágrafo único. Da decisão da autoridade competente caberá pedido de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis.

Art. 73. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido.

Parágrafo único. Não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

Seção II
Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Art. 74. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos deverão ser apresentados à Administração Pública Municipal acompanhados de todos os subsídios necessários à sua análise.

§1º A unidade contratante ou gerenciadora instruirá o respectivo processo administrativo.

§2º O pedido deverá ser obrigatoriamente instruído com as justificativas pertinentes e os documentos que comprovem a procedência do pleito, sob pena do seu liminar indeferimento.

§3º A análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar o disposto nas cláusulas contratuais de alocação de riscos, quando for o caso.

§4º A resposta ao pedido de reequilíbrio não poderá exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 5º Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo ao contrato administrativo, retroagindo seus efeitos à data do pedido.

CAPÍTULO IX
DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Art. 75. O licitante ou o contratado poderão ser responsabilizados administrativamente em razão da prática das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 76. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1° Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2° A aplicação das sanções previstas no *caput* deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 77. As sanções de advertência e/ou multa, seja moratória ou punitiva, serão precedidas de prévio Processo Administrativo, observando o seguinte procedimento:

I - O processo será iniciado a partir de petição, com os respectivos documentos comprobatórios, feita pelo Fiscal do Contrato, apontando as infrações cometidas pelo licitante ou contratado.

II - Caso o Gestor do Contrato entenda que não há pertinência na petição fornecida pelo Fiscal do Contrato, a indeferirá de plano.

III - A petição será dirigida ao Gestor do Contrato que, entendendo pela sua pertinência, determinará a intimação do licitante ou contratado para apresentação de defesa e especificação das provas que pretenda produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

IV - Após a apresentação da defesa pelo licitante ou

contratado, o Fiscal do Contrato apontará suas razões finais, por meio de parecer conclusivo, endereçando-o ao Gestor do Contrato.

V - Ao Gestor do Contrato caberá decidir sobre a procedência ou não da pretensão, aplicando, se for o caso, a sanção de advertência e/ou multa, nos moldes estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

VI - Da decisão do Gestor do Contrato caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, ao Chefe do Executivo.

§1° Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§2° A intimação de que trata o inciso II deste artigo será realizada por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Ibaté/SP.

Art. 78. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 76 deste Decreto requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§1° Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§2° Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§3° As sanções estabelecidas neste artigo serão de competência exclusiva do Secretário Municipal.

§4° A sanção estabelecida no inciso IV do caput do art. 76 deste Decreto será precedida de análise jurídica.

§5° As intimações de que trata este artigo serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Ibaté/SP.

§6° Da decisão do Secretário Municipal caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, ao Chefe do Executivo.

Art. 79. Após o trânsito em julgado dos Processos Administrativos Sancionatórios previstos nos artigos 77 e 78 deste Decreto, nos quais houve a imposição de sanção ao licitante ou contratado, o Processo Administrativo Sancionatório será enviado ao Chefe do Executivo, que poderá rescindir o contrato administrativo firmado com o apenado, por meio de decisão fundamentada.

§1° Caso haja risco ao interesse público e a infração esteja comprovada documentalmente, o Chefe do Executivo poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, previamente ao Processo Administrativo Sancionatório previsto nos artigos 77 ou 78 deste Decreto, determinando a abertura de nova licitação ou dispensa, conforme o caso.

§2° O previsto no §1° deste artigo não prejudica a abertura do Processo Administrativo Sancionatório previsto nos artigos 77 ou 78 deste Decreto, nem a eventual sanção a ser imposta.

CAPÍTULO X
DAS PUBLICAÇÕES

Art.80. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§1°. Sem prejuízo do disposto no *caput*, é obrigatória a publicação de extrato do Edital no Diário Oficial Eletrônico do Município e em jornal diário de grande circulação.

§2°. Com o objetivo de dar maior publicidade ao certame, é necessária a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do Município.

§3°. Quando se tratar de aquisições, obras e serviços financiados parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidos por instituições federais, através de convênios, a publicação também deverá ocorrer no Diário Oficial da União.

§4°. Quando se tratar de aquisições, obras e serviços financiados parcial ou totalmente com recursos estaduais ou garantidos por instituições estaduais, através de convênios, a publicação também deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

§5°. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81. Os valores previstos neste Decreto serão atualizados automaticamente por meio de ato do Poder Executivo Federal, conforme art. 182 da Lei n° 14.133/2021.

Art. 82. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATE, 11 DE DEZEMBRO DE 2.023.
JOSÉ LUIZ PARELLA
Prefeito Municipal
PUBLICADO NA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

.....

Concursos Públicos/Processos Seletivos

Edital - Classificação

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023

A Prefeitura Municipal de Ibaté/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 45.355.575/0001-65, torna público, a classificação final do candidato habilitado no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2023, em conformidade com o Edital publicado na data de 01 de dezembro de 2023, para o provimento **TEMPORÁRIO** do cargo de **MÉDICO DO TRABALHO**, constante do Processo Administrativo n. 3.958/2023:-

MÉDICO DO TRABALHO

Classif.	Nome	RG N.º	PONTOS
1º	FRANCISCO MUNNO NETO	4.457.854	61

Ibaté/SP, 14 de dezembro de 2023.
José Luiz Parella
-Prefeito Municipal-

.....

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2023

A Prefeitura Municipal de Ibaté/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 45.355.575/0001-65, torna público, a classificação final dos candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2023, em conformidade com o Edital publicado na data de 01 de dezembro de 2023, para o provimento **TEMPORÁRIO** do cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, constante do Processo Administrativo n. 3.441/2023:-

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Classif.	Nome	RG N.º	PONTOS
1º	REGINALDO DONIZETI SALVO	26.361.808-0	70
2º	WILLIAN FERNANDO VILLARDI	40.275.509-1	20
3º	VALDIR APARECIDO BATISTA JUNIOR	43.281.980-0	00

Ibaté/SP, 14 de dezembro de 2023.
José Luiz Parella
-Prefeito Municipal-

.....

Comunicados

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura torna pública a classificação PRELIMINAR dos Professores de Educação Básica II

EDUCAÇÃO ESPECIAL - CLASSIFICAÇÃO EFETIVOS 2023 (julho/2022 a junho/2023) 15.12.2023

	NOME	2022	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	SUB T	SUB	0,010AAI	0,003AHI	0,001 POR H	DESCONTOS	TRABALHADO	2023
1	ROBERTA KAROLINE R DA SILVEIRA	11,750	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	29	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**12,839**
2	YUMI NOGUEIRA COELHO	7,902	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	1	0	**-0,003**	**1,092**	**8,994**
3	DÉBORAH LEANDRO FLORIANO COSTA	6,867	31	31	29	31	30	31	31	28	31	30	26	30	**359**	**1,077**	0	0	0	**0,000**	**1,077**	**7,944**
4	PRISCILLA MARIA CARMINATO	6,771	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**7,866**
5	DEISE CRISTINE DOS SANTOS LOPES	4,509	31	30	28	24	20	18	31	28	30	30	31	30	**331**	**0,993**	0	0	0	**0,000**	**0,993**	**5,502**
6	ROSANA Mª ALVES MANGILI	2,532	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	2	**-0,002**	**1,093**	**3,625**
7	STEPHANIE LAZARINI	0,054	0	0	0	0	0	0	0	0	25	30	31	30	**116**	**0,348**	0	2	0	**-0,006**	**0,342**	**0,396**
8	ANGELINA LEONILDA DE OLIVEIRA TASSI	0,072	0	0	0	0	0	0	0	0	5	30	31	30	**96**	**0,288**	0	0	0	**0,000**	**0,288**	**0,360**
9	KARINA EDER	0,054	0	0	0	0	0	0	0	0	23	30	28	29	**110**	**0,330**	3	13	2	**-0,071**	**0,259**	**0,313**

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura torna pública a classificação PRELIMINAR dos Professores de Educação Básica II

EDUCAÇÃO FÍSICA - CLASSIFICAÇÃO EFETIVOS 2023 (julho/2022 a junho/2023) 15.12.2023

	NOME	2022	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	SUB T	FA	TOTAL	SUB	0,010AAI	0,003AHI	0,001 POR H	DESC	TRABALHADO	2023
1	ARISTEU GOLINELLI JUNIOR	29,564	31	29	28	31	29	29	31	26	30	30	24	30	**348**	0	348	**1,044**	0	2	0	**-0,006**	**1,038**	**30,602**
2	MILENA ROSA DOS SANTOS	15,210	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**16,305**
3	PAULA FERNANDA NISHIHARA	15,069	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	30	30	**364**	0	364	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**16,161**
4	ALEXANDRE MORAES GASPAR	15,027	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**16,122**
5	RAUL SEIXAS II BETUNE	14,606	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**15,701**
6	CHRISTIANO ANSELMO DE OLIVEIRA	14,472	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**15,567**
7	LUCIANO APARECIDO MACIEL	6,936	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**8,031**
8	NATASHA REIS FERREIRA	6,915	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**8,010**
9	DEIVID DOS SANTOS PEDRO	6,902	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**7,997**
10	RAFAEL HENRIQUE CUSTÓDIO	6,708	30	30	29	29	28	31	31	28	31	26	31	30	**354**	11	352	**1,056**	3	0	0	**-0,030**	**1,026**	**7,734**
11	VANESSA FERNANDA FRANZIN	3,432	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	0	365	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**4,527**
12	DIEGO ADORNA MARINE	1,545	0	0	0	25	30	31	31	28	29	28	28	30	**260**	0	260	**0,780**	0	0	2	**-0,002**	**0,778**	**2,323**
13	EDMARA DUARTE BILOTI	0,749	31	30	29	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**363**	0	363	**1,089**	1	0	0	**-0,010**	**1,079**	**1,828**
14	EDSON APARECIDO COLLOCA	0,153	31	31	30	31	30	31	29	28	31	30	30	30	**362**	0	362	**1,086**	0	0	0	**0,000**	**1,086**	**1,239**
15	JESSICA RAFAELI DA SILVA	0,318	0	0	23	31	29	26	31	28	31	30	31	30	**290**	0	290	**0,870**	0	0	1	**-0,001**	**0,869**	**1,187**

LINGUAGENS ARTÍSTICAS - CLASSIFICAÇÃO EFETIVOS 2023 (julho/2022 a junho/2023) 15.12.2023																								
	NOME	2022	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	SUB T	FA	TOTAL	SUB	0,010AAI	0,003AHI	0,001 POR H	DESC	TRABALHADO DESCON	2023
1	SANDRA ELISA PICIN TREVISAN	25,747	31	31	30	23	30	30	31	28	31	28	30	28	351	0	351	**1,053**	7	6	0	**-0,088**	**0,965**	**26,712**
2	LOURDES APARECIDA DE ALCANTARA	12,173	31	31	30	31	30	31	31	27	30	30	31	30	363	0	363	**1,089**	0	13	2	**-0,041**	**1,048**	**13,221**
3	FERNANDO HENRIQUE VARGAS	6,522	31	30	22	27	28	29	31	28	28	28	31	28	341	21	338	**1,014**	13	19	5	**-0,192**	**0,822**	**7,344**
4	JOÃO RENATO CARVALHO DA SILVA	4,459	30	30	30	31	30	31	31	28	31	29	30	29	360	0	360	**1,080**	1	1	0	**-0,013**	**1,067**	**5,526**
5	LUISA PELLEGRINI MORAES	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	31	28	87	0	87	**0,261**	0	1	0	**-0,003**	**0,258**	**0,258**

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura torna pública a lista PRELIMINAR de classificação dos Professores de Educação Básica I

PEB I - CLASSIFICAÇÃO EFETIVOS 2023 (JULHO/2022 A JUNHO/2023) - 15.12.2023

	NOME	2022	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	DIAS	SUB	0,010AAI	0,003AHI	0,001 POR H	DESC	TRABALHADO DESCONTOS	2023
1	ELIELZA MARCI VOLLET ZOTESSO	36,662	29	31	30	31	30	31	31	28	24	30	29	30	**354**	**1,062**	0	0	13	**-0,013**	**1,049**	**37,711**
2	ANA LUCIA PERUCHI GRAZZIANO	35,910	31	31	30	28	30	31	31	28	31	30	31	30	**362**	**1,086**	0	0	12	**-0,012**	**1,074**	**36,984**
3	TÂNIA REGINA VENTURI DA SILVA	34,352	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**35,447**
4	ROUSEMEIRE FERREIRA DE MENEZES **1º CARGO**	34,249	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	3	**-0,003**	**1,092**	**35,341**
5	JOSELAINE VALÉRIO SPILLA	33,651	31	31	30	31	30	31	31	28	28	30	31	30	**362**	**1,086**	0	0	3	**-0,003**	**1,083**	**34,734**
6	SANDRA AP PEDRO CORNETA	33,183	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**34,278**
7	ANDREIA ADRIANA VIEIRA CINTRA **1º CARGO**	32,892	31	31	30	31	29	31	31	28	31	30	31	30	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**33,984**
8	APARECIDA SIRLEI PEDRO LOPES	32,840	31	31	23	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**358**	**1,074**	0	0	1	**-0,001**	**1,073**	**33,913**
9	ELISABETE AP MILORI FÉLIX	32,836	31	31	30	28	16	31	31	28	31	30	31	30	**348**	**1,044**	0	0	0	**0,000**	**1,044**	**33,880**
10	WILDERLIZI MARIA SIMÕES SILVA DO CARMO	32,590	31	31	26	29	15	23	31	28	31	30	30	28	**333**	**0,999**	0	0	2	**-0,002**	**0,997**	**33,587**
11	ELAINE CRISTINA CAVICHIOLI	31,951	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**33,046**
12	MARLI AP CAVICHIOLLI BARBATTO	31,957	30	31	30	31	30	31	31	28	27	30	30	28	**357**	**1,071**	5	2	0	**-0,056**	**1,015**	**32,972**
13	CARLA ROBERTA PONTELLI	31,691	31	31	30	31	29	31	31	28	31	30	31	30	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**32,783**
14	ELAINE MARIA RODRIGUES FLOR	31,430	30	29	29	29	30	31	31	28	31	30	30	30	**358**	**1,074**	0	0	2	**-0,002**	**1,072**	**32,502**
15	EDILEUZA DA CONCEIÇÃO DUARTIS APREA	31,395	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**32,490**
16	REGINA DO CARMO CRUZ DE LIMA	31,295	31	30	26	31	30	31	31	28	31	30	28	28	**355**	**1,065**	0	1	0	**-0,003**	**1,062**	**32,357**
17	ANGELICA CRISTINA DA SILVA	30,903	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	1	**-0,001**	**1,094**	**31,997**
18	ANDRÉIA ONDINA CAMPOS CUNHA **1º CARGO**	30,528	31	30	27	16	30	31	31	28	31	30	31	27	**343**	**1,029**	0	0	5	**-0,005**	**1,024**	**31,552**
19	CLAUDIA Mª CAMPANER PARCIASEPE	27,222	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**28,317**
20	OCLELIA DO CARMO VOLPIANO FERNANDE	26,411	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	1	0	**-0,003**	**1,092**	**27,503**
21	MARIA DE LOURDES CHEFFER	26,471	31	31	29	31	30	16	31	27	17	30	31	30	**334**	**1,002**	0	0	2	**-0,002**	**1,000**	**27,471**
22	MARCIA CRISTINA MAZZARI RODRIGUES	26,376	31	31	30	31	29	31	31	28	31	30	31	30	**364**	**1,092**	0	0	1	**-0,001**	**1,091**	**27,467**
23	ILZA REGINA DA SILVA IBELLI	26,297	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	9	**-0,009**	**1,086**	**27,383**
24	GLAUCIA DE JESUS CAVICHIOLI EUFRADE	26,287	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**27,382**
25	KARINA BASTOS DA SILVA	26,246	31	31	29	31	29	31	31	28	31	29	31	30	**362**	**1,086**	0	0	2	**-0,002**	**1,084**	**27,330**
26	LUCIANA MARIA TONIOLO AGOSTIN	26,218	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	4	**-0,004**	**1,091**	**27,309**
27	ANDRESA TREVISAN FARGONI	26,202	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**27,297**
28	JUCELINA DE FATIMA ANDRADE BIASON	26,146	31	31	30	31	30	31	31	27	31	29	31	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**27,235**
29	ANDREIA AP BARBANO	26,060	31	31	30	31	30	31	31	28	30	30	31	30	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**27,152**
30	ELAINE CRISTINA CAVICHIOLI GALLI	26,013	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**27,108**
31	GISLAINE DE CASSIA NINELLI	25,993	31	29	30	30	30	31	31	28	29	30	31	30	**360**	**1,080**	0	0	2	**-0,002**	**1,078**	**27,071**
32	FLAVIANA CAMARGO CARAVIERI	25,952	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	28	**363**	**1,089**	1	0	1	**-0,011**	**1,078**	**27,030**

33	CRISTINA DE SOUZA ESCUDERO - **Prefeitura**	25,933	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**27,028**
34	JAQUELINE CERATTI RIBEIRO DA SILVA	25,924	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**27,019**
35	RENATA DE SOUZA RONCHINI	25,774	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	6	**-0,006**	**1,089**	**26,863**
36	DANIELA GRAZIELA DA SILVA **1º CARGO**	25,771	31	31	30	31	29	31	31	28	31	30	28	30	**361**	**1,083**	0	0	2	**-0,002**	**1,081**	**26,852**
37	TELMA HELENA CALZADO	25,729	31	31	30	31	28	31	31	28	31	30	31	30	**363**	**1,089**	0	0	1	**-0,001**	**1,088**	**26,817**
38	LUCILENE CARLOS VARANDA	25,644	31	31	30	29	30	31	31	28	31	30	31	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**26,733**
39	MARCIA REGINA TAVARES PETRUCCI	25,549	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**26,644**
40	RITA DE CASSIA FARADEZO LANGE **1º CARGO**	25,559	31	31	27	31	30	30	31	28	29	30	31	30	**359**	**1,077**	0	0	2	**-0,002**	**1,075**	**26,634**
41	MARIA ISABEL DA SILVA FASSINI	25,494	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**26,589**
42	ANA CLAUDIA MURER DE RESENDE TINTO	25,504	31	31	30	31	30	31	31	28	27	25	31	30	**356**	**1,068**	0	0	0	**0,000**	**1,068**	**26,572**
43	DANIELA AP EVANGELISTA THOMAZZI	25,458	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**26,553**
44	PATRICIA MIRIAN DE GENOVA NAZARIO	25,452	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**26,547**
45	TANIA MARINÉLSIA PICCININ DUVRA	25,449	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**26,544**
46	EDILEUZA PEDRO DA SILVA	25,269	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**26,364**
47	FLAVIANA MENDONÇA VIEIRA	25,209	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**26,304**
48	RENATA CORREA DORTA DE OLIVEIRA	25,188	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	1	0	**-0,003**	**1,092**	**26,280**
49	KARINA BRUNASSI **1º CARGO**	24,870	31	30	27	26	29	31	31	27	28	29	31	22	**342**	**1,026**	0	0	4	**-0,004**	**1,022**	**25,892**
50	OSMARA AP BARBANO DA SILVA	24,728	31	31	30	30	30	31	31	28	30	29	30	29	**360**	**1,080**	0	0	12	**-0,012**	**1,068**	**25,796**
51	ISABEL AP MARCIANO RIGO	24,573	31	31	30	31	30	19	28	28	30	30	16	30	**334**	**1,002**	0	0	7	**-0,007**	**0,995**	**25,568**
52	ELISANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	24,492	31	31	30	31	29	29	31	28	31	30	31	29	**361**	**1,083**	0	8	2	**-0,026**	**1,057**	**25,549**
53	MARIA AP DE JESUS VALÉRIO	24,482	26	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**360**	**1,080**	5	0	0	**-0,050**	**1,030**	**25,512**
54	ERIKA LILIANE DE MORAES	24,308	31	31	30	29	30	31	31	28	28	30	25	29	**353**	**1,059**	5	6	3	**-0,071**	**0,988**	**25,296**
55	EDINEIDE FERNANDES DE SOUZA CARDOZO	24,338	30	31	28	28	28	31	31	28	30	30	30	30	**355**	**1,065**	8	13	0	**-0,119**	**0,946**	**25,284**
56	LUCIANA ALEXANDRE DE ARRUDA ANDRADE	24,033	31	31	30	31	30	31	31	28	30	30	30	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**25,122**
57	KATIA DA COSTA	23,594	30	31	20	29	28	29	31	27	27	29	26	26	**333**	**0,999**	5	22	1	**-0,117**	**0,882**	**24,476**
58	ADRIANA AP TREVISAN PEREIRA	23,247	31	31	24	29	25	30	31	23	26	30	30	22	**332**	**0,996**	1	5	3	**-0,028**	**0,968**	**24,215**
59	REGINA DOS SANTOS BARRETOS DORICE	23,092	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	10	**-0,010**	**1,085**	**24,177**
60	LAUANA BITENCOURT CAVICCHIOLI	23,008	31	31	30	31	30	30	31	28	31	30	31	30	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**24,100**
61	ANDREA CRISTINA CHIUSOLI MARTINEZ	22,805	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	29	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**23,897**
62	MARLENE AP ALEIXO	22,629	31	31	25	25	30	30	31	27	30	29	31	30	**350**	**1,050**	4	19	0	**-0,097**	**0,953**	**23,582**
63	CRISTINA DE SOUZA ESCUDERO - **CONVENIADA**	22,374	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	4	**-0,004**	**1,091**	**23,465**
64	ROSANGELA AP SILVA DA CRUZ **MESTRADO**	22,277	31	31	30	31	30	31	31	26	31	30	31	30	**363**	**1,089**	2	0	0	**-0,020**	**1,069**	**23,346**
65	HELENA ROSA BENITE DA SILVA	22,161	31	28	22	29	30	23	31	28	31	30	31	27	**341**	**1,023**	0	6	4	**-0,022**	**1,001**	**23,162**
66	HELAINE CRISTINA BARROS CARVALHO	20,431	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	29	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**21,523**
67	GILMARA SIGOLLI DE CARLI	18,033	30	29	26	31	27	22	31	28	31	29	31	30	**345**	**1,035**	1	0	0	**-0,010**	**1,025**	**19,058**

68	VANDA MARIA ROSA DO AMARAL	17,879	28	30	30	31	30	31	31	28	30	29	29	30	**357**	**1,071**	0	0	6	**-0,006**	**1,065**	**18,944**
69	SORAI TERESINHA VIEIRA - **1º CARGO**	17,697	31	29	29	29	30	31	31	28	16	30	15	30	**329**	**0,987**	15	3	9	**-0,168**	**0,819**	**18,516**
70	RAYANA S. S. LONGHIN LOURENÇO - **DOUTORADO**	16,727	31	27	25	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**356**	**1,068**	0	0	0	**0,000**	**1,068**	**17,795**
71	VANESSA LUISA FERREIRA DE BRITO **1º CARGO**	15,479	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**16,574**
72	EVERSON AUGUSTO MARQUES	15,459	31	31	30	30	30	31	31	28	31	30	29	30	**362**	**1,086**	0	0	0	**0,000**	**1,086**	**16,545**
73	FERNANDA AP DE FREITAS CAMPOS	15,217	31	31	28	31	30	31	31	28	29	30	31	30	**361**	**1,083**	0	0	0	**0,000**	**1,083**	**16,300**
74	MARIA FABIANA DOS SANTOS SIQUEIRA	15,092	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**16,187**
75	ANA CAROLINA PEREIRA	14,839	31	31	25	31	29	31	31	28	31	30	31	30	**359**	**1,077**	0	0	0	**0,000**	**1,077**	**15,916**
76	EDECELMA DA SILVA	14,428	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	25	**360**	**1,080**	0	2	0	**-0,006**	**1,074**	**15,502**
77	CINTHIA BATISTA DA SILVA CÔNSOLO	14,412	31	31	30	31	30	31	31	28	27	30	30	30	**360**	**1,080**	0	0	0	**0,000**	**1,080**	**15,492**
78	LUANA VALENTIM YONAHA	14,115	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	2	**-0,002**	**1,093**	**15,208**
79	SUSANA AGUIAR BARBOSA **1º CARGO**	14,055	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	30	19	**353**	**1,059**	0	1	1	**-0,004**	**1,055**	**15,110**
80	ROSEMARY ROSA DE LIMA GAUDÊNCIO	13,643	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	1	**-0,001**	**1,094**	**14,737**
81	ELISANGELA JOSÉ DOS SANTOS	13,635	31	28	29	30	30	31	31	28	30	29	31	26	**354**	**1,062**	0	0	0	**0,000**	**1,062**	**14,697**
82	CILMARA ECIDÉLIA CHAGAS **1º CARGO**	13,287	31	30	30	31	30	31	31	28	31	30	31	29	**363**	**1,089**	0	2	6	**-0,012**	**1,077**	**14,364**
83	LUCIENE DE AZEVEDO FAIS	13,294	17	0	12	28	30	31	27	27	25	30	31	30	**288**	**0,864**	0	0	0	**0,000**	**0,864**	**14,158**
84	MICHELE NUNES DE SOUZA DEBONSI	12,979	31	31	30	28	30	31	31	28	31	30	31	30	**362**	**1,086**	0	0	0	**0,000**	**1,086**	**14,065**
85	VANIA NOBREGA SOARES CORDEIRO	12,648	31	31	30	31	30	28	31	28	31	19	31	30	**351**	**1,053**	0	0	7	**-0,007**	**1,046**	**13,694**
86	DEBORA CRISTINA DA SILVA	12,616	31	31	28	31	28	31	31	28	31	30	31	30	**361**	**1,083**	1	1	5	**-0,018**	**1,065**	**13,681**
87	ROZENEI OLIVEIRA RIOS DE ALMEIDA **1º CARGO**	12,557	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**13,652**
88	GISELA OLIVEIRA DA SILVA	12,519	31	31	29	31	30	31	31	28	31	30	30	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**13,608**
89	PRISCILA CRISTIANI LOPES VIEIRA	12,476	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**13,571**
90	MARLI NOGUEIRA COBRA ZOTESSO	12,446	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**13,541**
91	JUREMA SIQUEIRA	12,411	31	26	26	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**356**	**1,068**	0	0	0	**0,000**	**1,068**	**13,479**
92	VANIA MARIA FRESCA DE SOUZA **1º CARGO**	12,375	31	31	29	30	30	31	31	28	31	30	30	30	**362**	**1,086**	0	0	0	**0,000**	**1,086**	**13,461**
93	ROUSEMEIRE FERREIRA DE MENEZES **2º CARGO**	12,356	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	6	**-0,006**	**1,089**	**13,445**
94	LUZIA HELENA MOREIRA DE OLIVEIRA **1º CARGO**	12,348	31	31	23	26	28	31	31	28	29	28	30	28	**344**	**1,032**	0	0	8	**-0,008**	**1,024**	**13,372**
95	KELLY CRISTINA GAZZIRO SANTANA	12,062	31	31	30	31	30	31	31	28	30	29	31	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**13,151**
96	DANIELA GRAZIELA DA SILVA **2º CARGO**	12,059	31	31	29	31	29	30	31	28	30	30	28	30	**358**	**1,074**	0	2	0	**-0,006**	**1,068**	**13,127**
97	CARMEN LUCELI MENDES GURGEL	11,948	31	31	30	31	30	31	31	28	31	22	31	30	**357**	**1,071**	3	1	0	**-0,033**	**1,038**	**12,986**
98	VALDETE MARIA SEVERINO FERRO	11,599	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**12,694**
99	TANIA APARECIDA RUY RUZZI	11,695	31	30	25	22	26	30	31	20	26	30	31	30	**332**	**0,996**	0	0	0	**0,000**	**0,996**	**12,691**
100	FABIANA PALADINO LIMA ESCRIPTORIO	11,611	31	31	30	31	30	31	31	28	30	29	28	30	**360**	**1,080**	1	17	1	**-0,062**	**1,018**	**12,629**
101	SAMANTA DANIELY TOLEDO	11,576	30	31	26	29	23	31	31	28	30	30	31	30	**350**	**1,050**	0	0	0	**0,000**	**1,050**	**12,626**
102	PRISCILA PAULA RIBEIRO DE FARIA	11,673	31	29	26	26	15	30	29	28	29	26	20	28	**317**	**0,951**	0	1	0	**-0,003**	**0,948**	**12,621**

103	CLAITON DE JESUS R GARCIA CHAVES	11,526	31	31	30	31	25	31	31	28	31	30	31	30	**360**	**1,080**	0	0	0	**0,000**	**1,080**	**12,606**
104	NATALICIA MEDRADO COSTA	11,477	30	30	28	29	29	24	31	28	27	30	31	29	**346**	**1,038**	0	1	0	**-0,003**	**1,035**	**12,512**
105	ROBELMA ANDRADE DA SILVA	11,416	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**12,511**
106	BRUNA MARCELA R DA SILVA	11,398	30	31	30	30	23	31	31	28	31	29	31	30	**355**	**1,065**	1	3	0	**-0,019**	**1,046**	**12,444**
107	SARA LUCIANA MORAES	11,347	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	24	30	**358**	**1,074**	0	0	2	**-0,002**	**1,072**	**12,419**
108	ANDREIA ADRIANA VIEIRA CINTRA **2º CARGO**	11,331	31	31	30	31	29	31	31	28	31	30	31	30	**364**	**1,092**	0	0	9	**-0,009**	**1,083**	**12,414**
109	FERNANDA GABRIELA CARDOSO PERES	11,435	30	29	25	19	19	30	31	27	29	23	20	27	**309**	**0,927**	0	0	0	**0,000**	**0,927**	**12,362**
110	JULIANA PREVIDELLI GARAVELLO **DOUTORADO**	11,911	0	0	0	0	0	0	0	16	30	30	31	27	**134**	**0,402**	0	0	0	**0,000**	**0,402**	**12,313**
111	ALAN RODRIGO DE SOUZA	11,171	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	1	0	**-0,003**	**1,092**	**12,263**
112	JOSIANE DE CAMARGO	11,071	31	31	30	31	30	29	31	28	31	30	30	30	**362**	**1,086**	3	4	0	**-0,042**	**1,044**	**12,115**
113	SARAH MONTI PRAZERES	10,728	30	25	25	26	27	23	31	27	24	20	25	21	**304**	**0,912**	0	3	0	**-0,009**	**0,903**	**11,631**
114	ROSE APARECIDA GOIANO DE SOUZA	10,466	31	31	29	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**11,558**
115	GISELI FABIANA SILVA MIRANDA	10,437	31	28	30	31	30	31	31	28	31	28	30	30	**359**	**1,077**	0	0	0	**0,000**	**1,077**	**11,514**
116	MARLI MAGALHÃES	10,306	31	31	30	28	30	30	31	28	29	29	30	29	**356**	**1,068**	2	4	1	**-0,033**	**1,035**	**11,341**
117	KARINA BRUNASSI NERI **2º CARGO**	10,296	31	30	27	26	29	31	31	27	28	29	31	22	**342**	**1,026**	0	0	39	**-0,039**	**0,987**	**11,283**
118	REGINA MARINA SITTA BIFFI	9,867	31	31	28	31	30	31	31	28	31	29	29	30	**360**	**1,080**	0	0	0	**0,000**	**1,080**	**10,947**
119	ADRIANA ROSA DA SILVA JURITI	9,865	31	31	29	30	30	31	31	27	30	28	31	29	**358**	**1,074**	1	1	4	**-0,017**	**1,057**	**10,922**
120	RITA DE CÁSSIA FARADEZO LANGE **2º CARGO**	9,841	31	31	27	31	30	30	31	28	29	30	31	30	**359**	**1,077**	0	0	0	**0,000**	**1,077**	**10,918**
121	RITA DE CASSIA LIBUTTI ESCRIVÃO	9,873	31	25	24	24	29	17	29	28	31	30	31	30	**329**	**0,987**	0	0	0	**0,000**	**0,987**	**10,860**
122	ANDRÉIA ONDINA CAMPOS CUNHA **2º CARGO**	9,691	31	30	27	16	30	31	31	28	31	30	31	27	**343**	**1,029**	0	2	3	**-0,009**	**1,020**	**10,711**
123	MARINÉLSIA NARDUCCI PESSOA	9,565	31	31	30	31	28	31	31	25	31	29	31	30	**359**	**1,077**	0	1	3	**-0,006**	**1,071**	**10,636**
124	VANESSA TEIXEIRA RODRIGUES	9,474	31	31	30	29	29	30	31	28	31	30	31	25	**356**	**1,068**	0	0	0	**0,000**	**1,068**	**10,542**
125	ANGELITA MILORE SCARPA	9,502	26	27	24	27	27	30	31	27	29	30	23	29	**330**	**0,990**	0	15	0	**-0,045**	**0,945**	**10,447**
126	ALEXANDRA DULCI CARDOSO	9,354	31	31	30	31	30	31	31	28	31	29	31	29	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**10,443**
127	VIVIANE CAMARGO STEFENON	9,240	31	31	30	30	30	30	31	28	31	28	31	29	**360**	**1,080**	1	0	0	**-0,010**	**1,070**	**10,310**
128	THAIS AUGUSTA PEREIRA	9,158	31	31	22	31	30	31	31	28	31	28	31	30	**355**	**1,065**	0	0	0	**0,000**	**1,065**	**10,223**
129	ADRIANA APARECIDA MINETTO	9,319	27	19	24	21	26	23	31	24	18	22	20	21	**276**	**0,828**	1	0	0	**-0,010**	**0,818**	**10,137**
130	JUCELI ROSSI PERUCCI	9,184	30	28	25	27	27	29	31	28	28	27	28	28	**336**	**1,008**	4	15	0	**-0,085**	**0,923**	**10,107**
131	PATRICIA LUCCATTI HENRIQUE	8,985	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**10,080**
132	SEILA DE CASSIA BIANCHIM	8,951	31	31	30	30	29	30	31	27	31	28	31	30	**359**	**1,077**	0	0	3	**-0,003**	**1,074**	**10,025**
133	ELOISA CATARINA FATIMA DE OLIVEIRA	8,504	31	30	30	30	28	30	31	28	31	30	30	29	**358**	**1,074**	2	10	1	**-0,051**	**1,023**	**9,527**
134	ANGELITA SANTOS BISPO	8,472	31	31	30	31	30	26	31	28	31	28	28	25	**350**	**1,050**	0	22	4	**-0,070**	**0,980**	**9,452**
135	NAIARA BATTAGY DAMIN	8,094	31	17	30	31	30	30	31	28	31	30	31	30	**350**	**1,050**	1	1	0	**-0,013**	**1,037**	**9,131**
136	GIOVANA APARECIDA GALLI	7,782	19	31	30	31	30	29	31	28	31	30	31	30	**351**	**1,053**	0	0	0	**0,000**	**1,053**	**8,835**
137	MARIA AP CIRINO DE SOUZA RIBEIRO	7,740	31	26	30	28	28	31	31	28	31	30	31	30	**355**	**1,065**	0	0	3	**-0,003**	**1,062**	**8,802**

138	FABIANA DE CASSIA ROSA	7,703	31	31	29	31	30	31	31	27	25	30	31	30	**357**	**1,071**	0	5	4	**-0,019**	**1,052**	**8,755**
139	ROSANGELA Mª GOIANO RIBEIRO PESSOA	7,141	31	31	30	31	30	31	31	28	28	30	30	29	**360**	**1,080**	0	0	1	**-0,001**	**1,079**	**8,220**
140	MARLI FERREIRA DEJUSTI	7,131	30	28	27	26	28	31	31	24	28	30	31	29	**343**	**1,029**	0	0	0	**0,000**	**1,029**	**8,160**
141	MARIA ÉRICA PICININ ZANIBONI	7,059	31	31	30	31	30	31	31	28	29	30	31	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**8,148**
142	CRISTIANE SILVA ESTEVES	6,939	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**8,034**
143	MORGANA AGUILAR	6,935	31	31	30	31	29	31	31	28	31	30	30	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**8,024**
144	REGIMARA GRÉGIO DA SILVA	6,933	31	28	30	31	30	31	31	28	31	30	31	23	**355**	**1,065**	0	0	0	**0,000**	**1,065**	**7,998**
145	ANA PATRICIA FIRMINO FERREIRA **1º CARGO**	6,876	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**7,971**
146	ANGELA AP MOREIRA FERREIRA	6,867	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	2	0	**-0,006**	**1,089**	**7,956**
147	NADJA SILVA DOS SANTOS ANTONIETTI	6,836	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**7,931**
148	JESSICA COELHO DORDAL	6,749	31	30	30	30	30	31	31	28	31	29	31	30	**362**	**1,086**	0	0	1	**-0,001**	**1,085**	**7,834**
149	CLAUDINÉIA DA SILVA VIEIRA	6,477	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	1	0	**-0,003**	**1,092**	**7,569**
150	DAIANE DA SILVA DE OLIVEIRA	6,516	31	31	27	27	30	31	31	26	16	30	29	29	**338**	**1,014**	0	0	0	**0,000**	**1,014**	**7,530**
151	THALITA LANGNOR FERNANDES	6,506	31	31	25	31	19	31	31	28	31	30	31	25	**344**	**1,032**	0	4	0	**-0,012**	**1,020**	**7,526**
152	ERIKA DE CÁSSIA DA SILVA	6,285	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**7,380**
153	QUITÉRIA DA CONCEIÇÃO ALVES **1º CARGO**	6,200	31	31	29	30	30	31	31	28	31	29	31	30	**362**	**1,086**	0	0	0	**0,000**	**1,086**	**7,286**
154	ELOISA AP VIEIRA DE MATTOS	6,221	31	31	30	27	30	31	31	28	29	29	31	30	**358**	**1,074**	0	4	0	**-0,012**	**1,062**	**7,283**
155	DAIANA OLIVEIRA FORATO	5,793	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**6,888**
156	SANDRA REGINA DE CASTRO FERNANDES **1º CARGO**	5,792	31	31	28	30	28	30	31	28	31	30	31	30	**359**	**1,077**	0	0	4	**-0,004**	**1,073**	**6,865**
157	LIGIA FERNANDA LIMA DE HOLANDA	5,835	31	30	30	31	30	31	31	9	29	29	21	26	**328**	**0,984**	0	0	0	**0,000**	**0,984**	**6,819**
158	ALINE NAIANE FONTES ROSALES	5,723	31	31	29	31	30	31	31	28	31	30	31	29	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**6,812**
159	MAYRA LIBIA NOGUEIRA MENZANI	5,544	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**6,639**
160	FLAVIA RODRIGUES SCUZATE	5,513	31	30	30	31	27	13	31	27	31	29	28	30	**338**	**1,014**	0	0	3	**-0,003**	**1,011**	**6,524**
161	ALESSANDRA CÁSSIA SALA **1º CARGO**	5,358	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**6,453**
162	KARINA CRYSTINA DE A. SILVEIRA **Adms. 13/03/2018**	5,408	31	31	28	31	26	31	31	26	18	30	31	30	**344**	**1,032**	0	0	0	**0,000**	**1,032**	**6,440**
163	ELIANA MARIA M. EUZÉBIO DE FREITAS **Adms. 20/03/2018**	5,369	31	30	24	31	29	31	31	28	31	30	31	30	**357**	**1,071**	0	0	0	**0,000**	**1,071**	**6,440**
164	FERNANDA CAROLINA FAZZANI	5,387	30	30	30	30	24	30	31	28	31	30	31	29	**354**	**1,062**	1	0	0	**-0,010**	**1,052**	**6,439**
165	SABRINA ARAÚJO DE SOUZA	5,358	30	30	23	18	19	31	31	28	31	30	31	30	**332**	**0,996**	0	0	0	**0,000**	**0,996**	**6,354**
166	LETICIA LAIS DA SILVA **MESTRADO**	6,002	0	0	0	0	0	0	0	16	31	22	21	25	**115**	**0,345**	0	0	0	**0,000**	**0,345**	**6,347**
167	SUSANA AGUIAR BARBOSA **2º CARGO**	5,107	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	30	19	**353**	**1,059**	0	13	6	**-0,045**	**1,014**	**6,121**
168	FATIMA REGINA VILELA PASTORI **1º CARGO**	4,885	31	31	30	31	30	31	31	28	31	28	31	30	**363**	**1,089**	0	0	0	**0,000**	**1,089**	**5,974**
169	ADELITA OLIVEIRA DA COSTA DE SOUZA	4,721	31	31	30	31	30	31	31	27	31	26	30	29	**358**	**1,074**	0	11	4	**-0,037**	**1,037**	**5,758**
170	ROSANGELA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA	4,605	31	30	30	31	30	31	31	28	30	30	30	30	**362**	**1,086**	0	0	1	**-0,001**	**1,085**	**5,690**
171	EDNÉA PEDRO DA SILVA	4,544	31	23	28	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**355**	**1,065**	0	0	2	**-0,002**	**1,063**	**5,607**
172	SILVIA HELENA PEREIRA	4,472	31	31	30	31	27	31	31	28	31	30	31	30	**362**	**1,086**	3	1	0	**-0,033**	**1,053**	**5,525**

173	SORAI TERESINHA VIEIRA **2º CARGO**	4,611	31	29	28	28	30	30	31	28	16	30	15	30	**326**	**0,978**	15	3	0	**-0,159**	**0,819**	**5,430**
174	LIVIA BRASSI SILVESTRE DE OLIVEIRA ROMANO **MESTRADO**	5,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**5,414**
175	ARIELE BRUNA DE CARLA PINTO GONÇALVES	4,273	31	31	30	31	30	31	31	28	31	27	31	28	**360**	**1,080**	0	1	0	**-0,003**	**1,077**	**5,350**
176	ANA CAROLINA CARRERA GONÇALVES	4,377	26	30	23	29	24	29	31	27	27	28	21	24	**319**	**0,957**	0	0	0	**0,000**	**0,957**	**5,334**
177	HÍCARO COSTA	4,132	31	31	30	31	30	31	31	28	31	29	31	30	**364**	**1,092**	0	18	2	**-0,056**	**1,036**	**5,168**
178	ALESSANDRA CRISTINA DE ABREU SPANA	4,147	31	31	29	31	30	31	31	28	30	10	17	28	**327**	**0,981**	1	1	2	**-0,015**	**0,966**	**5,113**
179	STEPHANIE LAZARINI	3,972	31	31	29	31	29	28	31	28	31	29	31	30	**359**	**1,077**	0	2	1	**-0,007**	**1,070**	**5,042**
180	VANESSA LUISA FERREIRA DE BRITO **2º CARGO**	3,966	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	8	0	**-0,024**	**1,071**	**5,037**
181	LEURÍDES MARIA DA SILVA PEREIRA	3,981	26	30	29	31	29	29	31	28	31	30	31	30	**355**	**1,065**	2	8	0	**-0,044**	**1,021**	**5,002**
182	DANIELLE BEATRIZ SILVA GARCIA CHAVES	3,735	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**365**	**1,095**	0	0	0	**0,000**	**1,095**	**4,830**
183	JULIANA VENCESLAU LACERDA	3,564	31	31	30	31	30	31	31	28	31	30	31	29	**364**	**1,092**	0	0	0	**0,000**	**1,092**	**4,656**
184	JÉSSICA CAMILA SEGUNDO	3,529	31	30	29	31	27	30	31	28	30	30	31	29	**357**	**1,071**	3	1	3	**-0,036**	**1,035**	**4,564**
185	ROGERIO DOS REIS	3,987	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	30	29	**136**	**0,408**	0	0	0	**0,000**	**0,408**	**4,395**
186	LUZIA HELENA MOREIRA DE OLIVEIRA **2º CARGO**	3,301	31	31	23	27	27	31	31	28	29	28	30	28	**344**	**1,032**	0	0	5	**-0,005**	**1,027**	**4,328**
187	FRANCIELLI EDMARA DOS SANTOS	3,156	31	30	30	30	30	31	31	28	31	30	30	29	**361**	**1,083**	0	0	1	**-0,001**	**1,082**	**4,238**
188	EDELWEISS BRIDGE SANTOS	3,157	31	31	22	31	30	31	31	28	31	30	31	30	**357**	**1,071**	0	3	0	**-0,009**	**1,062**	**4,219**
189	NATALIA RODRIGUES DAS NEVES MASSON	3,960	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	29	**46**	**0,138**	0	0	0	**0,000**	**0,138**	**4,098**
190	GIOVANA REGINA NONATO	3,345	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	30	28	**135**	**0,405**	0	1	0	**-0,003**	**0,402**	**3,747**
191	MARIA REGINA DE PAIVA DE LIMA	2,583	31	30	30	30	29	31	31	28	30	25	30	30	**355**	**1,065**	0	0	0	**0,000**	**1,065**	**3,648**
192	NAIDA REGINA NOVELLI EVARISTO	3,216	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	23	30	**130**	**0,390**	0	0	0	**0,000**	**0,390**	**3,606**
193	VIRLENE CARLA MOREIRA	2,834	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	**0,000**	0	0	0	**0,000**	**0,000**	**2,834**
194	VIVIANE CRISTINA FIRMINO DE MACEDO	1,938	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	29	**137**	**0,411**	0	0	0	**0,000**	**0,411**	**2,349**
195	MARINEIDE ALVES DA SILVA CRUZ	1,815	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**2,229**
196	NADIA LUCIA CHAGAS BELLO	1,335	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**1,749**
197	CILMARA ECIDELIA CHAGAS **2º CARGO**	1,428	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	30	28	**85**	**0,255**	2	5	2	**-0,037**	**0,218**	**1,646**
198	LUCILEIA APOLINARIO DA SILVA	0,987	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	2	**-0,002**	**0,412**	**1,399**
199	QUITÉRIA DA CONCEIÇÃO ALVES **2º CARGO**	0,981	0	0	0	0	0	0	0	16	31	29	31	30	**137**	**0,411**	0	2	0	**-0,006**	**0,405**	**1,386**
200	MATHEUS BENTO DE ANDRADE **Adms. 13/03/23**	1,005	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**1,335**
201	MARTA GOMES ARAUJO TELES **Adms. 04/04/23**	1,071	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	31	30	**88**	**0,264**	0	0	0	**0,000**	**0,264**	**1,335**
202	JESSICA CRISTINA DA SILVA	1,005	0	0	0	0	0	0	0	0	19	28	29	30	**106**	**0,318**	0	0	0	**0,000**	**0,318**	**1,323**
203	MIRANI CUNHA OLIVEIRA	0,999	0	0	0	0	0	0	0	0	18	30	31	30	**109**	**0,327**	0	2	0	**-0,006**	**0,321**	**1,320**
204	FRANCIANE DOS SANTOS BARBOSA RUSSIGNOLI	1,059	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	18	30	**76**	**0,228**	0	0	0	**0,000**	**0,228**	**1,287**
205	ANA CLAUDIA CARVALHO DE CAMARGO	0,942	0	0	0	0	0	0	0	0	19	29	29	30	**107**	**0,321**	1	0	3	**-0,013**	**0,308**	**1,250**
206	SABRINA DE CASSIA M. ZANCHETA **Adms. 13/03/23**	0,933	0	0	0	0	0	0	0	0	19	27	29	30	**105**	**0,315**	0	0	0	**0,000**	**0,315**	**1,248**
207	LIDIANE CRISTINA MARQUES **Adms. 03/04/23**	0,987	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	31	28	**87**	**0,261**	0	0	0	**0,000**	**0,261**	**1,248**

208	ELISANGELA SILVA ROCHA GADELHA	0,945	0	0	0	0	0	0	0	0	17	28	31	28	**104**	**0,312**	1	2	0	**-0,016**	**0,296**	**1,241**
209	VANIA MARIA FRESCA DE SOUZA **2º CARGO**	0,981	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	29	30	**87**	**0,261**	1	2	1	**-0,017**	**0,244**	**1,225**
210	ICARO RODRIGO ESPOSITO	0,930	0	0	0	0	0	0	0	0	19	15	21	30	**85**	**0,255**	0	0	1	**-0,001**	**0,254**	**1,184**
211	ANA PATRICIA FIRMINO FERREIRA **2º CARGO**	0,816	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	31	30	**89**	**0,267**	0	2	0	**-0,006**	**0,261**	**1,077**
212	MAISA MARIA MARQUES	0,669	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	30	**47**	**0,141**	0	0	0	**0,000**	**0,141**	**0,810**
213	SANDRA REGINA DE CASTRO FERNANDES **2º CARGO**	0,363	0	0	0	0	0	0	0	15	31	29	30	29	**134**	**0,402**	1	13	7	**-0,056**	**0,346**	**0,709**
214	MEIRE TERESINHA V. DE MENDONCA **DN. 28/07/71**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
215	RENATA FARAH ANTUNE **DN. 26/01/74**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
216	MARIA JOSE ARRUDA DE MACEDO **DN. 22/08/75**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
217	ANA CARAVANTES GARZON **DN. 06/11/76**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
218	ROZENEI OLIVEIRA R. DE ALMEIDA **2º CARGO DN. 19/08/79**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
219	ANA ELISA MUCCI **DN. 19/07/84**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
220	GESSIANE MARIA DE JESUS **DN. 29/11/87**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
221	LUANA APARECIDA ROSSI **DN. 22/06/95**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
222	DAYANE APARECIDA ESTEVAM DE LIMA **DN. 30/10/96**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	0	**0,000**	**0,414**	**0,414**
223	LUANA MARCELINO FERREIRA DELFINO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	30	**138**	**0,414**	0	0	2	**-0,002**	**0,412**	**0,412**
224	SANDRA REGINA GIELIO **DN. 20/11/73**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	30	30	31	30	**137**	**0,411**	0	0	0	**0,000**	**0,411**	**0,411**
225	JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA **DN. 01/06/92**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	30	30	31	30	**137**	**0,411**	0	0	0	**0,000**	**0,411**	**0,411**
226	LUCIANA MALAVAZI DESTRO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	30	30	31	30	**137**	**0,411**	0	0	5	**-0,005**	**0,406**	**0,406**
227	KEILA DE ASSIS FERREIRA	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	31	27	**135**	**0,405**	0	0	0	**0,000**	**0,405**	**0,405**
228	JULIANA FERREIRA **DN. 18/10/82**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	30	28	28	**133**	**0,399**	0	0	0	**0,000**	**0,399**	**0,399**
229	PAMELA LOTUMOLO **DN. 25/05/90**	0,054	0	0	0	0	0	0	0	0	26	28	31	30	**115**	**0,345**	0	0	0	**0,000**	**0,345**	**0,399**
230	TAIANE HELENA CERMINARO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	29	31	26	**133**	**0,399**	0	0	3	**-0,003**	**0,396**	**0,396**
231	ANDREIA PERPETUA DE CARVALHO CARDOSO OLIVEIRA	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	29	30	28	28	**131**	**0,393**	0	1	0	**-0,003**	**0,390**	**0,390**
232	DEIVID WILLIAN PEREIRA DO NASCIMENTO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	29	30	30	28	**133**	**0,399**	1	0	0	**-0,010**	**0,389**	**0,389**
233	MARIANA GARCIA DELGADO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	26	30	31	30	**117**	**0,351**	0	0	0	**0,000**	**0,351**	**0,351**
234	REGINA CELIA GUERREIRO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	26	30	31	30	**117**	**0,351**	0	2	0	**-0,006**	**0,345**	**0,345**
235	JULIA SOUZA LIMA JIRICO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	29	26	30	**132**	**0,396**	5	2	0	**-0,056**	**0,340**	**0,340**
236	JOSELEINE CARVALHO **DN. 13/01/70**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
237	CRISTIANE REGINA RIBEIRO **DN. 17/04/77**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
238	LUIZA FABIANA DA SILVA **DN. 15/12/79**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
239	MICHELLE MARIANA SILVA FERNANDES **DN. 01/05/81**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
240	EDIVANIA DA SILVA SANTOS **DN. 08/04/82**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
241	MARIANA SIMÕES DE VICENTE **DN. 18/10/83**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
242	NATHALIA ARRIGHI **DN. 24/05/88**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**

243	RENATA DA SILVA **DN. 06/07/91**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
244	MARIANA REIS COTRIM GONCALVES **DN. 04/01/95**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
245	ANA RITA PETILLI CHIUSOLI **DN. 04/03/96**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
246	FABRICIA SILVA ANDRADE **DN. 30/10/96**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	0	**0,000**	**0,330**	**0,330**
247	HELOYSA LIMA DE PAULO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	0	2	**-0,002**	**0,328**	**0,328**
248	ELOISA GUIMARAES SANTOS	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	30	**110**	**0,330**	0	1	1	**-0,004**	**0,326**	**0,326**
249	ANA MARIA MARTINS DE SOUZA **DN. 09/08/66**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	27	30	**106**	**0,318**	0	0	0	**0,000**	**0,318**	**0,318**
250	JULIANE JOAS SILVEIRA **DN. 14/07/76**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	29	28	**106**	**0,318**	0	0	0	**0,000**	**0,318**	**0,318**
251	ALINE CRISTINA PEREIRA OLIANI **DN. 27/05/86**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	18	30	30	29	**107**	**0,321**	0	0	0	**0,000**	**0,321**	**0,321**
252	CAROLINA CORREA DO N. BOSQUETI **DN. 13/11/88**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	31	27	**107**	**0,321**	0	0	0	**0,000**	**0,321**	**0,321**
253	FATIMA REGINA VILELA PASTORI **2º CARGO DN. 20/06/68**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	29	30	**108**	**0,324**	0	0	0	**0,000**	**0,324**	**0,324**
254	GABRIELA PAVAM SPERANCA **DN. 20/08/92**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	30	29	30	**108**	**0,324**	0	0	0	**0,000**	**0,324**	**0,324**
255	ISABELA ARIANE LEME REIS **DN. 23/04/97**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	29	31	29	**108**	**0,324**	0	0	0	**0,000**	**0,324**	**0,324**
256	EVELYN APARECIDA ANDRADE DA SILVA HAISLER	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	29	31	30	**109**	**0,327**	1	0	0	**-0,010**	**0,317**	**0,317**
257	ANALU THOMAZINHO ARANDA	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	19	25	31	30	**105**	**0,315**	0	0	0	**0,000**	**0,315**	**0,315**
258	ELISANGELA PAULO DA SILVA **DN. 02/11/86**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	16	31	27	21	30	**125**	**0,375**	11	1	0	**-0,113**	**0,262**	**0,262**
259	MAYARA PERUSSI BOLATO **DN. 03/11/87**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	31	30	**89**	**0,267**	0	1	2	**-0,005**	**0,262**	**0,262**
260	MIRENE REGINA DA SILVA PALMA **DN. 17/03/84**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	31	30	**89**	**0,267**	0	0	0	**0,000**	**0,267**	**0,267**
261	ANA LACERDA DE SOUSA SANTOS **DN. 15/06/1984**	0,180	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	**29**	**0,087**	0	0	0	**0,000**	**0,087**	**0,267**
262	DAYANE APARECIDA ARAUJO **DN. 11/03/90**	0,180	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	**29**	**0,087**	0	0	0	**0,000**	**0,087**	**0,267**
263	NILZA MATEUS DA SILVA	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	5	25	27	30	**87**	**0,261**	0	0	0	**0,000**	**0,261**	**0,261**
264	MARCELA EDUARDA MAZIERO ALFIERI	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	28	30	**84**	**0,252**	0	0	0	**0,000**	**0,252**	**0,252**
265	VANILDA RODRIGUES DE SOUSA	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	30	**60**	**0,180**	0	0	0	**0,000**	**0,180**	**0,180**
266	LISANGELA MILANEZ DA CRUZ	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	30	**47**	**0,141**	0	0	0	**0,000**	**0,141**	**0,141**
267	VANESSA DO ROCIO PEREIRA	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	**30**	**0,090**	0	0	0	**0,000**	**0,090**	**0,090**
268	ELIANE RIBEIRO VIZOTO	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	**18**	**0,054**	0	0	0	**0,000**	**0,054**	**0,054**
269	ALESSANDRA DE CASSIA SALA **2º CARGO**	0,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	**0,000**	0	0	0	**0,000**	**0,000**	**0,000**

A Secretaria de Educação e Cultura torna pública a classificação PRELIMINAR de Professor de Iniciação em Processamenteo de Dados

PROFESSOR DE INICIAÇÃO EM PROCESSAMENTO DE DADOS - CLASSIFICAÇÃO EFETIVOS 2023 (julho/2022 a junho/2023) 15.12.2023

	NOME	2022	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	SUB T	SUB	0,010AAI	0,003AHI	0,001 POR H	DESCONTOS	TRABALHADO	2023
1	SONIA MARIA CANTERO VASCO	1,095	31	31	29	29	29	31	31	28	31	30	31	30	**361**	**1,083**	0	0	0	**0,000**	**1,083**	**2,178**